Ministro Medina diz estar preocupado só com seu irmão

O ministro **Paulo Medina**, do Superior Tribunal de Justiça, afirmou, neste sábado (14/4), que está apenas preocupado com o seu irmão, o advogado Virgílio de Oliveira Medina, preso durante a Operação Hurricane sob a suspeita de envolvimento com esquema de jogo do bicho e máquinas caça-níqueis no Rio de Janeiro. Também investigado pela Polícia Federal, o ministro disse estar com a consciência limpa. "Posso assegurar que os meus olhos se voltam para o alto com a certeza do meu encontro permanente com Deus."

Um dia após a deflagração da operação da Polícia Federal, Medina disse à revista **Consultor Jurídico** que estará à disposição da Polícia, nos próximos dias, para explicar as suspeitas que recaem sobre suas decisões judiciais. O ministro garantiu que ficará em Brasília.

Medina afirmou, também, que não espera "que a imprensa faça o juízo mais justo ou injusto, mas que tenha a responsabilidade, sem precipitação de esclarecer a verdade". No segundo semestre de 2006, o ministro Paulo Medina concedeu liminar liberando 900 máquinas caça-níqueis que haviam sido apreendidas na Operação Vegas 2.

A liminar foi cassada por decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie. As suspeitas sobre a lisura da decisão do ministro deslocaram o processo para a alçada do STF, onde o caso está sob os cuidados do ministro Cezar Peluso.

O ministro Paulo Medina passou a ser investigado porque, na véspera da concessão da liminar, um grampo feito pela PF captou uma conversa do advogado representante dos bingos, Sérgio Luzio Marques de Araújo, também detido durante a Operação Hurricane, com Virgílio Medina. Na gravação da PF, o irmão do ministro aparece negociando a concessão da liminar em troca de dinheiro.

O furação

A Polícia Federal deflagrou na sexta-feira (13/4) a Operação Hurricane nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e no Distrito Federal para deter envolvidos em esquemas de exploração de jogo ilegal (caça-níqueis) após um ano de investigações, ordenadas em uma operação sigilosa pelo ministro Cezar Peluso, do STF.

Foram presos os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região José Eduardo Carreira Alvim e José Ricardo Regueira, o juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Ernesto da Luz Pinto Dória e o procurador regional da República João Sérgio Leal Pereira. Também foram detidos Anísio Abraão David, ex-presidente da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis; Capitão Guimarães, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro; Antônio Petrus Kalil, conhecido como Turcão, apontado pela Polícia como um dos mais influentes bicheiros do Rio; a corregedora da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Suzi Pinheiro Dias de Matos, entre outros.

No total, foram cumpridos 70 mandados de busca e apreensão e 25 mandados de prisão. Os presos serão transferidos para Brasília (DF), onde serão interrogados e permanecerão à disposição da Justiça. O

material apreendido será analisado na Diretoria de Inteligência Policial com o objetivo de complementar os trabalhos de investigação.

A PF apreendeu 30 carros de luxo, uma moto e uma grande quantidade de dinheiro, sendo necessário um carro-forte para o transporte até uma agência da Caixa Econômica Federal. Ao todo, foram apreendidos R\$ 10 milhões.

O trabalho que resultou na Operação Hurricane teve início com a identificação de uma organização criminosa especializada e estruturada para a prática de vários crimes, incluindo exploração de jogos ilegais, corrupção de agentes públicos, tráfico de influências e receptação.

Togas

Conforme publicou na quinta-feira (12/4) a **Consultor Jurídico**, um dos desembargadores presos pela PF, Carreira Alvim, foi vice-presidente do TRF-2 até um dia antes de sua prisão, quando tomou posse a nova direção do tribunal. Pela tradição, Carreira Alvim se tornaria presidente por ser o mais antigo da casa, mas foi preterido por entrar em atrito com seus colegas.

Na sessão administrativa que elegeu a nova direção do TRF-2, em 1º de março, Carreira Alvim havia afirmado ter sido vítima de escuta ambiental em seu gabinete e que seus familiares haviam sido grampeados (Clique aqui para ler a notícia). As acusações foram feitas depois que ele foi preterido pelos colegas na eleição para a presidência do TRF-2. O clima entre o desembargador e seus colegas era de estranhamento, causado justamente por liminares dadas por Carreira Alvim em casos de bingos e caçaníqueis.

Leia a declaração dada pelo ministro Paulo Medina à ConJur, por telefone

Com meus 40 anos magistratura, vividos com dignidade, continuarei a cumprir com altivez de caráter os dias que me restam, realizando com independência, coragem e compreensão dos fatos todas as tarefas que me restam cumprir até o final da minha vida.

Ninguém jamais teve coragem de abordar minha vida judicante. Posso assegurar que os meus olhos se voltam para o alto com a certeza do meu encontro permanente com Deus. Em resumo, sou um homem rigorosamente de bem, da prática do bem que realizo em minha vida.

Espero, por acreditar na imprensa, que esta não precipite sua visão quanto aos fatos, mas respeite a quem dela nada tem a esconder, a fidelidade ao seu passado, a certeza na dignidade do presente e na retidão de seu futuro. Assim, não espero que a imprensa faça o juízo mais justo ou injusto, mas que tenha a responsabilidade, sem precipitação de esclarecer a verdade. Quanto a mim, estarei sempre a revelar por inteiro à sociedade quem eu sou como homem, hoje como juiz.

Date Created

14/04/2007